

## MANIFESTO DE ENTIDADES DO SISTEMA NACIONAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR CONTRA A ENERGIA PRÉ-PAGA, SOB NOVA CONSULTA PÚBLICA DA ANEEL

Em 15 de dezembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel abriu uma consulta pública, que vai até 19/3, para rediscutir a modalidade de pré-pagamento de energia elétrica, instituída pela Resolução Normativa nº 610/2014. Desde então, o modelo teve baixa adesão por parte das concessionárias, o que, na nossa avaliação, deve-se ao alto custo para implementação do medidor eletrônico. Ao reabrir a discussão, o órgão busca agora incentivar as empresas a aderirem ao sistema.

Essa modalidade de faturamento sempre foi rechaçada pelas entidades de defesa do consumidor, pois coloca o usuário em situação extremamente vulnerável de suspensão repentina do serviço de energia elétrica, representando uma ameaça à sua saúde e segurança, implicando ainda em perda da dignidade. Portanto, não é uma iniciativa que visa ao interesse público.

### COMO FUNCIONA A ENERGIA PRÉ-PAGA?

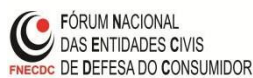
O usuário paga antecipadamente pelo serviço que irá usar, comprando créditos; define a quantidade de kWh (quilowatt-hora) e a periodicidade de recarga do medidor, a ser instalado pela concessionária em sua residência. Quando os créditos estiverem acabando, o próprio medidor alerta com um sinal sonoro e visual.

O sistema permite a compra de no mínimo 20 kWh de crédito emergencial, que deve ser fornecido mediante solicitação ou acionado pelo consumidor no próprio sistema de medição.

### ENTENDA OS RISCOS PARA O CONSUMIDOR

A Aneel apresenta como vantagem do sistema pré-pago a possibilidade do consumidor acompanhar e controlar seus gastos com o serviço. Apesar desse suposto benefício, o usuário fica sujeito aos seguintes riscos:

- Corte imediato de energia após o fim dos créditos, sem que haja obrigação da concessionária notificar o desligamento por correio, nem de continuar a prestar serviço por algum período de tempo, como ocorre no modelo convencional pós-pago (modalidade na qual a suspensão do fornecimento é prevista, porém não acontece de forma imediata e o consumidor tem alternativas para que isto não ocorra).



- Se por algum motivo não for possível comprar novos créditos, o usuário não terá energia para tomar banho, manter conservados os alimentos na geladeira, estudar e trabalhar à noite etc.
- O crédito emergencial de 20 kWh é muito baixo para restabelecer o serviço com conforto e segurança. Isso é o que consome somente uma geladeira ao longo de 15 dias. Se acionados outros eletrodomésticos, esse saldo se esgotaria em pouquíssimo tempo.
- Os consumidores de baixa renda serão os mais vulneráveis por falta de capacidade de adquirir novos créditos rapidamente. Entretanto, esse grupo é o principal “alvo” das concessionárias por estar mais suscetível à inadimplência, podendo gerar um problema em massa.
- Toda a responsabilidade e riscos de gestão de consumo, faturamento e pagamento vai ser transferida para o consumidor. Isso é inaceitável em caso de um serviço essencial, como é o de energia elétrica!

## QUAIS SÃO AS VANTAGENS PARA AS EMPRESAS?

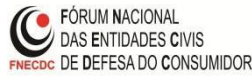
- Redução do número de inadimplentes e das dívidas incobráveis.
- Economia com a leitura, impressão e envio de faturas.
- Recebimento adiantado pelo serviço.
- Economia com corte de postos de trabalho, como de leituristas e funcionários para desconectar e reconectar usuários inadimplentes
- Apesar da redução de custos, a tarifa da energia pré-paga é a mesma do modelo tradicional.

## ENERGIA ELÉTRICA É UM SERVIÇOS ESSENCIAL!

A Energia elétrica é um serviço essencial previsto na Lei 7783/89. Ao contrário de outros serviços (transporte, telefonia móvel, pedágio, etc.), o usuário residencial de energia elétrica não dispõe de alternativas numa situação de corte de energia imediato.

No caso da telefonia móvel, por exemplo, o consumidor tem uma série de alternativas. Ele pode fazer uma ligação a cobrar, se estiver numa situação de emergência ou usar o telefone público.

Ao se utilizar o sistema pré-pago o acesso à energia se configura como um conforto acessível apenas na medida da capacidade pagadora do cidadão, ou seja, um direito para quem pode pagar.



O acesso à energia elétrica impacta diretamente na saúde, na segurança e na qualidade de vida das pessoas. Cortar serviços essenciais ao consumidor é uma prática ilegal, proibida pelo CDC (Código de Defesa do Consumidor).

Essa não é a primeira vez que as entidades e órgãos de defesa do consumidor alertam sobre os riscos desse modelo. À época da aprovação da Resolução Normativa 610/2014 foram feitas campanhas contra a iniciativa da Aneel, havendo, inclusive, a [tentativa de suspender a norma após sua aprovação](#).

### CONTRIBUIÇÃO DAS ENTIDADES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

Diante do exposto e como contribuição à consulta pública, solicitamos à Aneel que, em respeito ao CDC e considerando que a energia elétrica é um serviço essencial, seja revogada a Resolução 610/2014, que estabelece o sistema de energia pré-paga.

ADECCON - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DO CONSUMIDOR

ASSOCIACAO BRASILEIRA DA CIDADANIA E DO CONSUMIDOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - ABCCON- MS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ECONOMISTAS DOMÉSTICOS - ABED

ASSOCIAÇÃO DAS DONAS DE CASA DA BAHIA - ADCB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CDC-OAB

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON DE PORTO ALEGRE

DEFENSORIA PÚBLICA RJ

DEFENSORIA PÚBLICA SP

FÓRUM NACIONAL DE ENTIDADES CIVIS DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FNEDEC

FÓRUM PERMANENTE DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO ESTADO DO CEARÁ

INSTITUTO DEFESA COLETIVA

MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA E CONSUMIDORES DE MINAS GERAIS - MDC/MG

MOVIMENTO EDY MUSSOI DE DEFESA DO CONSUMIDOR

NÚCLEO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO RIO DE JANEIRO – NUDECON RJ

PROCON JUNDIAÍ

PROCON PARANÁ

PROCON PAULISTANO

PROCON PORTO ALEGRE

PROCON SÃO PAULO

PROCONS BRASIL